



Diálogo entre História e Gênero: críticas, perspectivas e análise de mulheres operárias em Portugal durante o período revolucionário (1974-1975).

Pamela Peres Cabreira¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 16/01/2020

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo colocar em diálogo questões sobre gênero enquanto categoria analítica no campo da História, de forma a problematizar e discutir o estudo sobre mulheres operárias no período revolucionário português, especificamente o caso de autogestão da empresa Sogantal. Portugal rompe com um regime de cunho fascista que já durara quase meio século, findando este período com o 25 de Abril de 1974. Este período é marcadamente importante na história do país sob uma experiência revolucionária, com diretrizes para um caminho socialista onde a classe trabalhadora teve importante influência nas consequências deste recorte. As manifestações, proibidas anteriormente, borbulhavam em todo o país, bem como greves, paralisações, reivindicações, autogestão, autocontrole e saneamentos de ex membros do antigo regime. Aponta-se que as mulheres operárias e trabalhadoras agrícolas e trabalhadoras domésticas tiveram destacado papel nas conquistas de Abril. Especificamente, analisar-se-á o caso da empresa têxtil Sogantal, constituída por 48 mulheres entre os 14 e 23 anos, que entrou em autogestão após expulsarem os antigos patrões que pretendiam declarar falência e não pagar as indenizações devidas. Metodologicamente, serão analisados jornais de empresas, periódicos como o *Avante!*, *Combate* e *Revolução* - dentre outros -, documentos oficiais e debate bibliográfico. A historiografia portuguesa ainda é escassa em trabalhos que evidenciem uma análise não da “história das mulheres”, mas sim de inserir o papel histórico destas nos acontecimentos que se desenrolam na linha temporal. É sublime destacar, portanto, que a relação entre gênero e história deve ser criticamente utilizada para se perceber profundamente o passado e, neste caso, as lutas e conquistas partidas de uma ruptura revolucionária.

Palavras-chave: Mulheres Operárias. Sogantal. Portugal.

Dialogue between History and Gender: Criticism, perspectives and analysis of working women in Portugal during the revolutionary period (1974-1975)

ABSTRACT

This article aims to put into dialogue issues about gender as an analytical category in the field of history, in order to problematize and discuss the study of women workers in the Portuguese revolutionary period, specifically the case of self-management of the company Sogantal.

¹ Pesquisadora e doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH) sob fomento de Bolsa de Doutorado Pleno CAPES. Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Investigadora associada ao Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais em Portugal (IHC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4604978733127074>. Endereço eletrônico: cabreiraperes@gmail.com



Portugal breaks with a fascist regime that had lasted almost half a century, ending this period with April 25, 1974. This period is markedly important in the history of the country under a revolutionary experience, with guidelines for a socialist path where the working class had an important influence on the consequences of this cut. Demonstrations, previously banned, bubbled up throughout the country, as well as strikes, stoppages, claims, self-management, self-control and reorganization of former members of the former regime. It is noteworthy that women agricultural workers and domestic workers had a prominent role in the achievements of April. Specifically, the case of the textile company Sogantal, made up of 48 women between 14 and 23 years old, who went into self-management after expelling former employers who wanted to declare bankruptcy and did not pay the due compensation, will be analyzed. Methodologically, we will analyze company newspapers, periodicals such as *Avante!*, *Combate* and *Revolução* - among others -, official documents and bibliographical debate. Portuguese historiography is still scarce in works that show an analysis not of the “history of women”, but of inserting their historical role in the events that unfold in the timeline. It is sublime to point out, therefore, that the relationship between gender and history must be critically used to deeply understand the past and, in this case, the struggles and achievements stemming from a revolutionary rupture.

Keywords: Working Woman. Sogantal. Portugal.

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas e óticas de análise na historiografia expandiram-se com novas configurações no campo da História Social. Sobretudo a partir da década de 1970 após intensas mudanças sociais, econômicas e políticas a nível global, os desafios de se desenvolver uma teoria de história pautada nos conflitos e nas relações sociais ganham ainda mais força e escopo, desenvolvendo-se nas décadas seguintes como importante método analítico no se “fazer história”. Logo, ocorre esta viragem para o campo das problemáticas sociais nas mais diversas faces, intensificam e demarcam uma possibilidade inovadora na perspectiva da construção histórica.

A inserção de conceitos abarcados de significações de diferentes vertentes também se faz presente neste processo. As discussões acerca de “gênero” e “feminismo” ganham um importante espaço na representação dicotômica entre teoria e prática ao longo deste processo constitutivo na História Social, indo dos “Estudos das Mulheres”, em sua forma embrionária, à ampla discussão narrativa e historicizada do conceito de gênero.

Logo, propõe-se neste artigo abordar algumas vias de discussão presente no campo da História sobre o estudo de gênero, da relação não necessariamente binária entre “homem” e “mulher” e da importância em se levantar e se manter ativos os debates sobre o papel histórico



da mulher seja no campo público, institucional, do trabalho ou no privado; a presença da mulher e sua designação histórica percorrem todas as fissuras da vida nas suas mais diferentes faces.

Além do aspecto teórico, propomos introduzir o debate de uma luta emblemática durante o período revolucionário português: a ocupação e autogestão da empresa Sogantal, tomada por 48 operárias que optaram pela luta e enfrentamento face à inércia neste período de mudanças. A empresa estava inserida no Montijo, cidade componente do Distrito de Setúbal que forma o maior polo industrial do país, onde o processo revolucionário atingiu um forte caráter de luta, resistência e combatividade pelo movimento operário, cenário em que se enquadra a Sogantal. Sua ocupação e posterior tentativa de evasão dos donos com maquinários e matérias primas, fará com que a comunidade se solidarize e se manifeste em um episódio que deixou marcado na história do Montijo pela intensidade de combatividade pelas operárias naquele momento.

A ocupação inicia-se em Junho de 1974, motivadas pela negação de reivindicações como o aumento de salários, 13º e férias. Como aponta José Maria Ferreira, no livro *O Futuro era Agora* (1994, p.46), o caso da Sogantal foi muito particular, sobretudo por sua radicalização, onde houve “supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direção; e, mais subversivo ainda, a decisão de encetar a venda directa da produção”.

Em Portugal, no ano de 2016, a taxa de postos de trabalho feminino era de 48,7% e recebem, à exceção de cargos públicos, algo em torno de 16,7% a menos que o mesmo posto de trabalho exercido por um homem; são as primeiras a serem despedidas em situações de “crise” econômica e, na esmagadora maioria das residências, ainda são estas mesmas mulheres a desempenhar o papel de doméstica, de cuidadora e mãe presente. Isto apenas para demonstrar que a intensidade da luta - iniciada de forma legal e encarada no molde da representação social a partir de 1974 -, ainda tem muito a ser desenvolvida e compreender a importância destes movimentos para a luta atual é, sem dúvida, algo que incita a criar e pensar ferramentas para a produção intelectual da História Social abarcando os diferentes nichos e classes trazendo à luz, neste caso, a importância e inserção das trabalhadoras nas conquistas sociais deste país.

2 MULHERES E TRABALHO

A libertação da mulher e a luta pelo socialismo são coisas indissociáveis. Marx e Engels (1975) no *Manifesto do Partido Comunista* já colocavam em pauta que a classe



dominante sempre irá oprimir a mulher relegando a elas uma segunda base enquanto cidadãs, um objeto de reprodução e trabalho doméstico. “O burguês vê na mulher um mero instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente, e naturalmente não pode pensar senão que a comunidade virá igualmente a ser o destino das mulheres”. Esta concepção da mulher enquanto objeto de produção tanto material como de fator biológico reprodutivo, como já debatemos anteriormente, terá sido comum em Portugal nas décadas de 1960, 70, quiçá é uma luta ainda em andamento.

Durante o período ditatorial em Portugal (1926/1932 – 1974) com Oliveira Salazar e, posteriormente com Marcello Caetano, a inserção feminina no campo das lutas contra o fascismo já se faziam presentes, sobretudo enquanto militantes clandestinas pelo PCP seja como companheiras de militância de seus parceiros homens (BARRADAS, 2004). As relações laborais ainda eram extremamente precárias e à mulher cabia apenas o papel secundário de submissão e conservadorismo no núcleo familiar, e o trabalho feminino era ainda mais penoso, sobretudo na indústria têxtil, com baixíssimos salários. O maior número de trabalhadoras encontrava-se no campo, tendo esta viragem na década de 1960 com o início da guerra de guerrilha em África a partir das intensas ondas de emigração e o elevado número de jovens recrutados para as Forças Armadas. As mulheres trabalhadoras de áreas rurais eram então denominadas “domésticas agrícolas” (ROCHA, 1984, p. 621-644) pelos recenseamentos da década de 1960, demonstrando claramente o papel inferiorizado a que se atribuía à mulher trabalhadora.

Com a inversão produtiva no país da agricultura para atividades do setor secundário a partir dos anos 60, o crescimento da indústria e do meio urbano é exponencial. A emigração se torna a saída para muitos portugueses devido à baixa dinamização no sistema rural e o desemprego urbano. Dois importantes fatores são observáveis como incentivo de emigração para países como França, Alemanha e Inglaterra neste período: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nestes países, bem como a fuga da guerra em África, a partir de 1961. Segundo Maxwell (2006, p. 44-45), “[...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve”. Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam, eram trabalhadores do campo, a produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente. A corrida pela industrialização e urbanização do país ganha vigor a partir da década de 50, desdobrando as



atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados. A quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção industrial. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando “um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno” (Ibidem, p. 22). Ao mesmo tempo, esse “desenvolvimento” relativo não supriu as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a “reprodução biológica” de seus trabalhadores. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Nesta alternância produtiva, o papel da mulher enquanto trabalhadora aumenta significativamente, tendo ainda a responsabilidade doméstica e a manutenção da família e da casa sob seus cuidados. Baseada em dados de recenseamentos da década de 1960 e início de 1970, Barreto (*apud* CARVALHO, 2009, p. 45) irá apontar que Portugal contava com “as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. A mais jovem população com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante”, quando comparado ao restante da Europa Ocidental. A falta de efetivação social e do foco de objetivos no campo social ainda mostra-se secundário nas políticas públicas. A condição de vida feminina mostrava-se precária e as leis que assegurassem os direitos de conciliar maternidade e trabalho eram praticamente inexistentes.

2.1 Estudo de mulheres na historiografia portuguesa

“As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’” (PERROT, 2005: p. 251). O trabalho feminino e sua inserção no campo produtivo assalariado em paralelo com seu papel/trabalho reprodutivo é ainda alvo de poucos estudos em Portugal. As mulheres das classes populares sempre trabalharam e, por exemplo, no contexto fabril (e têxtil, onde se abrigava o maior número de operárias) ter um trabalho assalariado era um aspecto primordial na construção de sua própria identidade social, enquanto “colaboradora” ou por muitas vezes promotora total da remuneração familiar (CHALHOUB, 2012: p. 203). Estudos



pautados na História Social, na representação de uma “história vista de baixo”, e, neste caso, sobre operárias em contexto revolucionário ainda é algo a ser repensado e produzido na historiografia portuguesa.

Percebemos que na historiografia portuguesa, os estudos sobre o papel histórico das mulheres no processo revolucionário, ou mesmo nas manifestações operárias e de trabalhadoras nos últimos anos do governo marcelista são escassos. Nota-se a existência brutal de greves, paralisações e reivindicações por operárias de forma constante e muitas vezes organizadas e realizadas apenas por elas mesmas. Também o mesmo se percebe com as trabalhadoras agrícolas, sobretudo ao norte do país. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho (AVANTE!, 1974, p. 4). Um exemplo da luta feminina na no início da década de 1970 foi a greve das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações. Reivindicavam aumento de salário que chegava a ser 6\$40 por hora, onde alcançaram um aumento de 37% ao final de três dias de greve geral (AVANTE, 1973, p.1). Em Alpiarça, na comemoração ao dia 8 de março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também entraram em paralisação (AVANTE, 1973, p. 1). As camponesas de Alpiarça renovam as manifestações sobre o aumento de salários, que corresponde a metade dos salários dos homens. Camponeses e camponesas juntaram-se para exigir o aumento de salário, conseguindo um aumento significativo após 5 dias de paralisação (AVANTE, 1973, p.1). Já no ano de 1974, novamente em Alpiarça os camponeses fazem greve, cerca de 6000 paralisam e exigem o aumento dos salários condizentes com o aumento do custo de vida, conquistando parte de suas reivindicações ao final de cinco dias de greve (AVANTE, 1974, p.3). Este demonstrativo da movimentação operária feminina é importante para se perceber e compreender que estas mulheres não só estavam ativas e combativas como também lutavam por direitos dentro de um sistema fortemente repressivo.

No campo da historiografia em Portugal, as “ondas” sobre o estudo das mulheres, do feminismo e gênero não alcançou grandes horizontes. Importantes estudos sobre o feminismo no país foram escritos, porém, além de não serem muitos, não estão difundidos no



campo da História. Em busca no catálogo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa - leia-se: tudo o que se publica no país é catalogado neste espaço – com a palavra “mulheres” no título, encontramos 2868 resultados, dos quais 86% destinam-se à literatura, tratados médicos e enfermagem, psicologia, romances e os outros 14% dividem-se entre edições comemorativas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), o papel da mulher na sociedade medieval e moderna e em menor grau estudos de caso sobre mulheres em períodos históricos. Quando se pesquisa por “mulher revolução” o número cai drasticamente para 20 títulos, dos quais nenhuns tratando especificamente do debate sobre mulheres/operárias e revolução, mas sim autobiografias ou depoimentos de Samora Machel sobre a importância das mulheres na revolução africana. Já nos Repositório Científicos de Acesso Aberto em Portugal (ARCAAP), após a inserção dos filtros de “trabalhos com acesso e teses de doutoramento”, tivemos 115 resultados dos quais a maior parte na área de saúde, literatura e psicologia, quando buscamos por “mulher”. Nenhum resultado nos levou a pesquisas sobre mulher no período revolucionário ou sua problematização no papel histórico de datações contemporâneas.

Um curto mapeamento demonstra a escassez de estudos sobre o período revolucionário centrado nas mulheres: Ana Barradas, jornalista e tradutora, questiona e trás à tona a discussão acerca da omissão da mulher na construção histórica e também social, tendo um papel chave no entendimento de que estes fatores são socialmente construídos. Ao escrever o livro *As Clandestinas* (2004), a autora busca inserir o papel histórico da mulher na luta contra o regime salazarista e como a atuação destas mulheres, condicionada a determinantes específicos da realidade do período analisado, é omitido ou diminuído frente aos feitos sempre ditos especificamente por homens. Barradas também irá coordenar um importante livro sobre a situação das mulheres no campo político e como o Estado tem lidado, no campo da União Europeia, à igualdade entre gêneros. *As mulheres na União Europeia*, apesar de não tratar especificamente de Portugal, trás para a discussão no país um forte elemento de discussão na área das ciências humanas.

Em 2002, Irene Vaquinhas produziu um breve texto sobre as possibilidades abertas no campo da pesquisa científica em Portugal após o 25 de Abril, onde a História das Mulheres marcou um campo que obteve fôlego a partir desta abertura. Contudo, para ela, em Portugal, “os estudos permanecem, salvo raras exceções, mais convencionais, empíricos, de cunho informativo e positivista ou neo-positivista” (148), estando, até então, voltados para uma



“história contributiva”, oposto à historiografia anglo-saxônica, francesa ou estadunidense preocupadas em relacionar diálogos e conceitos sobre o se pensar a mulher na história.

Formada em Economia e mestra e doutora em Estudos sobre as Mulheres, Manuela Tavares talvez seja a autora expoente em um mapeamento sobre o trato sobre o feminino e a valorização de direitos sobre a mulher em Portugal. Com sua tese *Feminismos em Portugal (1947-2007)* (2008) a autora alça voo em uma perspectiva ampla sobre a discussão do feminismo, suas categorias analíticas e a posição das mulheres em uma vertente militante em defesa dos direitos de igualdade. No entanto, o livro *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*, como fruto de sua dissertação de mestrado traz as lutas e reivindicações presentes na década de 1970 para o debate.

Talvez uma exceção mais próxima ao nosso objeto seja a obra de Celeste Vieira, *Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960-1986)* (2018), que, apesar de não se embriancar necessariamente no campo das discussões teóricas sobre classe operária e gênero, tem uma importante preocupação em trazer para o foco de análise um grupo de mulheres especialmente marginalizadas na história da historiografia abarcando, em partes de sua pesquisa, o período revolucionário. Declara, ainda, que sua obra, fruto também de seu mestrado em Educação, Gênero e Cidadania, “é um ato de justiça, também porque não se limita a narrar uma história de subalternização decorrente da classe, mas também decorrente do sexo” (13).

Como destaca Souza-Lobo (2011), a “classe operária tem dois sexos” e precisa ser analisada enquanto tal. A perspectiva de gênero no contexto revolucionário e de luta por mudanças sociais nunca foi tão sublinhado e importante quanto no Período Revolucionário em Curso (PREC).

3 O CASO SOGANTAL

O caso Sogantal abre-nos um fértil caminho para compreensão da dualidade entre o papel da mulher em uma sociedade capitalista e as alternativas combativas a que são apresentadas a estas mulheres. Desde logo, destacamos que em Portugal, as organizações autônomas baseadas em comissões de trabalhadores bem como fábricas que adentraram no controle operário atingiram uma grande extensão da sociedade, colocando em causa o próprio paradigma ideológico do sistema capitalista. Logo nos primeiros dias e semanas após o 25 de Abril, o movimento social e a luta do operariado atingiram grandes dimensões e muitas delas



tiveram características espontâneas – como espontâneas devemos entender que as decisões de entrar em greve, ocupar as instalações, fazer os seus comunicados de luta e, nos diversos casos que atingiram maior radicalidade, vedar a entrada dos patrões nas instalações industriais, entrar em autogestão, foram decisões tomadas pelos trabalhadores, legitimadas em democráticas assembleias gerais em cada fábrica. Porém, as ações dos trabalhadores não se restringiram aos seus locais de trabalho.

Além do espaço de luta da fábrica, os movimentos sociais populares experimentaram uma criatividade social inovadora. Durante o período revolucionário, assistiu-se ao nascimento de formas de organização popular inéditas: sindicatos, comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, de mulheres, de pais, de saneamento de fascistas, comissões contra a guerra colonial, etc. As mulheres exigiram aos patrões o termo ao assédio sexual e, dentro das fábricas, creches para os filhos e salas de aleitamento. Ocupações foram protagonizadas por mulheres, sobretudo as advindas dos bairros de lata e barracas, ocupando casas abandonadas, formaram-se clínicas populares, “comissões de melhoramentos”, fundaram-se creches populares, abriram-se cursos de alfabetização nos bairros pobres, os camponeses do Alentejo e Ribatejo tomaram conta dos latifúndios e, enquanto puderam, controlaram os salários e a produção agrícola. Buscava-se todo o tipo de soluções autónomas no domínio da produção, habitação, saúde, educação, da atividade cultural e da vida comunitária.

O foco na empresa Sogantal se dá, sobretudo, pela importância que a luta teve na região do Montijo com influência direta em outras empresas, além de que o setor têxtil ter sido um dos protagonistas numericamente nas lutas, representando 19% dos conflitos sociais durante a revolução portuguesa. Cabe destacar também que 43% dos conflitos laborais deram-se na região onde se situava a Sogantal, reafirmando sua importância.

Por se tratar de um concelho inserido no Distrito de Setúbal que compõe o maior polo industrial do país, o processo revolucionário atingiu nesta região um forte caráter de luta, resistência e combatividade pelo movimento operário, cenário em que se enquadra esta empresa praticamente apenas de mulheres, muito jovens e fortemente influenciadas pela extrema esquerda. Além disso, o que motiva a centrar as atenções nesta luta é o fato de terem mantido a autogestão até meados de 1976 (ARQUIVO MF).



Contrariando o slogan do Estado Novo² “a mulher para o lar”, deu-se em uma virada da mulher na luta pela moradia e pelas condições de seus lares e família. Na região de Lisboa no início da década de 1970, 18 mil pessoas moravam em barracas ou em casas partilhadas, 82% destas casas não possuíam casa de banho, 71% não possuíam água canalizada e 62% da população não tinha eletricidade. Muitas mulheres analfabetas participaram de cursos de alfabetização geridos coletivamente nestes espaços, lembrando que 38% das mulheres no país naquela altura eram analfabetas (CABREIRA, 2017, p. 46).

Como destaca Sousa (1971, p. 34), na década de 1960, 603 mil mulheres tinham uma profissão, enquanto praticamente 3 milhões tinham uma ocupação, fossem doméstica ou em trabalhos precários. Neste compito, 44% estavam em serviços gerais, 29% em indústrias transformadoras, 18% na agricultura e pesca e outros 7% no comércio. A inserção das mulheres no campo laboral deu-se com enorme intensidade neste período, criando novas características na composição social. Um fator interessante na pesquisa de Sousa é a composição das mulheres na região do Montijo, local onde funcionou a Sogantal. A autora aponta que o Sindicato de Chacinaria daquela região, que abrangia homens e mulheres tinha uma direção composta apenas por mulheres (1971, p. 70), além do sindicato das costureiras e assistentes sociais também serem representados por mulheres. A força na luta destas mulheres na região é destacada e importante na constituição das redes de solidariedade que irão surgir após o 25 de Abril.

Ressalta-se brevemente alguns casos emblemáticos também com grande participação feminina: na Timex, em Maio de 74, duas mil trabalhadoras ocupam a empresa por aumento de salários, saneamento dos chefes, salário igual trabalho igual; na Cintideal fazem greve por 10 dias, também em maio, por diversas reivindicações, mas, sobretudo, contra o controle às idas à casa de banho. Na Standard Elétrica, em 24 de maio, ocupam a fábrica enquanto no mesmo mês as operárias da Messa iniciam uma greve que durará 12 dias com ocupação das instalações e reivindicam o trabalho igual salário igual. Ainda durante o mês de maio, 800 operárias ocupam a Melka e fazem greve por melhores salários; na Fábrica Simões conseguem suas reivindicações após dias de luta enquanto na Philips uma greve irá durar oito dias. No setor das conserveiras, mais de 10 mil mulheres envolvem-se em greves, manifestações e retenção das conservas dentro de determinadas fábricas. No Montijo, onde as lutas espalharam-se nos mais diversos setores, além da Sogantal, as operárias da camisaria Mafalda

² Regime de cunho autoritário e fascista instalado em Portugal com dois momentos de clivagem: 1926/1932 até a ruptura revolucionária em 25 de Abril de 1974.



sequestram o patrão estadunidense, que se recusava a pagar os salários e ameaçava fechar a empresa. Com a intervenção de um funcionário da embaixada dos EUA, os pagamentos são realizados, há a promessa do não encerramento da fábrica e o patrão é liberado. As operárias da Applied Magnetics, com cerca de 600 trabalhadoras que, após o despedimento de 116 funcionárias, fazem cotas para assegurar seus salários e entram em paralisações até que as mesmas são readmitidas. Muitas outras empresas majoritariamente de mulheres, mas não só, reivindicaram o aumento de salários, salário mínimo, trabalho igual salário igual, abolição dos privilégios e gratificações além de reivindicações mais qualitativas, como condições nos locais de trabalho, reconhecimento dos órgãos representativos como as Comissões de Trabalhadores, 40 horas semanais, abertura de creches, infantários e salas de amamentação no local de trabalho. Muitas destas reivindicações são pautas diretas de mulheres, o que pode indicar uma fértil consciência de luta.

Em maio, na empresa de confecções Charminha, situada na Pontinha - Lisboa, as mulheres viram o gerente fugindo para o estrangeiro deixando um cheque sem fundos para o pagamento dos salários, o que as levará a entrarem em autogestão, produzindo e vendendo muitos de seus artigos como calças e blusas. O processo desta empresa foi parecido ao da Sogantal, tanto que há registros de diálogos e troca de ideias e experiências entre as operárias (COMBATE, 1974).

É também em maio que a luta da Sogantal se intensifica. Em termos gerais, a Sogantal foi uma empresa francesa, com produção de fatos de treino, localizada no Montijo. Contava com 48 operárias na faixa etária dos 13 aos 24 anos. Os únicos homens que trabalhavam na empresa eram precisamente o segurança e o diretor. Foi a primeira empresa ocupada e a entrar em autogestão. As operárias passaram por um processo de troca de patrões, onde até meados de 1973, a empresa produzia luvas, também para donos franceses. Com a troca para o grupo Lamont, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prêmios aumentaram e os salários diminuíram. Mesmo no dia 25 de Abril, uma das operárias, Lucia Palma, enfrenta a encarregada depois desta não querer autorizar sua saída para os 15 minutos do café no período da tarde, ficando esta suspensa por 3 dias, obviamente não remunerados.

No dia 20 de maio de 1974, estas mulheres apresentam um caderno reivindicativo à administração patronal, onde exigiam (ARQUIVO MF): a) o reconhecimento patronal pelas representantes sindicais e do grupo de trabalho, “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas



represálias nas suas pessoas”; b) Permitir o acesso a estas representantes seja ao sindicato, aos órgãos oficiais e à gerência; c) Que se vigore o contrato coletivo de trabalho; d) Ordenado em regime mensal; e) Aumento de 1250 escudos mensais, sem distinções de categorias, destacando que isso não chegaria aos 3300 escudos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho; f) Aumento dos valores dos prêmios; g) Pagamento de todas as diferenças de salários que estavam em atraso; Melhores condições nas instalações da empresa, como refeitório, a criação de uma sala de reuniões e confraternização que fica vedada a participação nestas reuniões o patronato, a gerência e a todo o pessoal de hierarquia mais elevada, salvo exceções; h) Décimo terceiro mês e que seja pago até o dia 10 de dezembro a todas as funcionárias, sem distinções.

Estas reivindicações não são meras condições estanques. Demonstram não apenas a capacidade de enfrentamento destas operárias como também uma aproximação de radicalização na forma como se organizaram, indo contra as condições impostas pelo patrão mas também confrontando uma realidade na esfera doméstica, ao impor o cuidado das casas e dos filhos muitas vezes aos maridos. A aproximação destas operárias com o MES (Movimento de Esquerda Socialista), já em finais de 1974 - que na altura continha um programa de certa forma situado à extrema esquerda -, também se torna representativo na maneira como vislumbravam sua própria luta, quando advogavam pela auto-organização dos trabalhadores ou das nacionalizações de indústrias chave no país. Não é possível afirmar que estavam de fato vislumbrando uma sociedade socialista, senão tratando das primeiras necessidades que lhes apareciam; porém, a forma como o fizeram e a potencialidade em suas críticas e ações é aqui o que mais nos chama a atenção como fator de luta e resistência.

Os franceses, donos da fábrica, recusaram as reivindicações alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta, as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios. Em 30 de maio, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, já que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente. Diante a posição patronal, as operárias decidem vender os fatos de treino prontos para manterem seus salários, ao que os patrões abandonam a empresa e, diante a iminente perda dos seus postos de trabalho, as operárias resolvem manter por si próprias o funcionamento da empresa e a produzir a sua subsistência de forma autogestionária. No jornal nº 1 da Sogantal, as operárias contam um pouco da sua luta:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido



também à 'docilidade' dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida acção das várias polícias [...]. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações [...] Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitamos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras.

As operárias decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias pôr em prática. Já na primeira assembleia geral depois que a fábrica foi ocupada, as trabalhadoras decidem tomar em mãos a organização da sua luta e da sua vida em função da nova realidade. O gerente e uma encarregada são postos a correr. Outra encarregada aceitou ficar na fábrica, mas ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir daí, as operárias passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica.

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o 'inviolável' direito da propriedade privada. Por isso, a reacção dos patrões franceses vem logo em 24 de agosto quando decidem invadir a empresa e tirar de lá as máquinas e os 31.000 fatos de treino e levarem tudo para a França. Em relatos nos arquivos do Ministério das Finanças, mas também em entrevistas realizadas com algumas ex-operárias, apresenta-se que o patrão contratou um grupo de 14 mercenários franceses que assaltaram a fábrica de madrugada, armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogéneos e cães, sequestraram o guarda e iniciaram um processo de desmonte de maquinários e inventariado. A população do bairro próximo da fábrica cercou as instalações, travou-se luta e houve um incêndio. A GNR e o COPCON acabaram por retirar a salvo os sabotadores.

As investidas violentas nas fábricas em que se optou pela ocupação e autogestão foi constante, tendo os trabalhadores resistido em ocupações noite e dia e sempre buscando o apoio da população e de outras fábricas vizinhas. Ainda é possível perceber que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do seu trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autónoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista, quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema. Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora*, a



respeito do movimento popular do 25 de Abril, José Maria Ferreira (1994, p. 46), relata sua aproximação com a Sogantal, onde diz que além da radicalidade da luta, essas mulheres também tiveram “uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes”.

Nesta altura, a pressão sobre os Governos Provisórios era intensa e a multiplicação de manifestações sociais espalhava-se pelo país. O Segundo Governo Provisório, que toma posse em 18 de Julho tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, apoiado pelo MFA mantêm-se no poder apenas até 30 de setembro de 74. Pode-se compreender este período de instabilidade pelas pressões exercidas nos mais diferentes meios sociais e institucionais, sem esquecer-se também das forças internacionais que imperavam neste momento de instabilidade. No sentido de defesa da força social exercida em Portugal, acompanha-se, “a incapacidade de haver acordos institucionais prende-se com a impossibilidade de conjugação de projetos políticos, impossibilitados de realizarem-se pela dinâmica do movimento social, e não o seu inverso” (Varela, Paço, Alcântara, 2014, p. 212). Como o exemplo dado, as forças sociais influenciaram a dinâmica do processo político, social e econômico do país, onde a estrutura “socializante” do período revolucionário irá romper-se com as mobilidades pós 25 de Novembro, ou seja, a contrarrevolução e a instauração de uma democracia burguesa.

Na dinâmica da autogestão, as operárias dividiam-se entre quem ficava na fábrica produzindo os fatos de treino e quem tinha carro saía para vender em Lisboa, Porto, Braga. Participaram em diversos eventos, gravaram cantigas e produziram peças de teatro, impulsionando de diferentes maneiras tanto a relação entre empresas e sindicatos quanto das próprias vendas. Em entrevista, as operárias diziam que muitas das companheiras deixaram a ocupação e foram buscar emprego em outros sítios. Estima-se que aproximadamente 25 operárias ficaram até meados do ano de 1976. Em 1985, viriam os patrões franceses a receber uma indenização de 40 milhões de escudos (ARQUIVO MF), uma inversão e derrocada total da luta revolucionária destas mulheres. Especificamente, entre as 12 ex-operárias entrevistadas, todas passaram por dificuldades em conseguir emprego ou estabilidade na década de 1980 e, em verdade, algumas delas, na casa dos 60 anos, até hoje trabalham horas a fio por salários mínimos e condições de vida, pode-se dizer, instáveis. A democracia em capitalismo, claramente, não foi a saída esperada por estas e por tantos outros operários e trabalhadores em todo o país. Como aponta Varela (2013), o Pacto Social nasceu em 1975 a partir das lutas do 25 de Abril e da cedência da burguesia por uma estabilidade democrática em capitalismo, mas



também tem o início de seu fim no início da década de 1980 com as perdas de direitos e tomada de políticas e estratégias neoliberais. Mais uma vez, quem perde é o povo e, neste caso, perdem ainda mais as mulheres por se voltarem à esfera da dupla opressão entre capitalismo e patriarcado.

Nas entrevistas publicadas pelo jornal *Combate* com operárias da Sogantal, é perceptível uma preocupação constante das trabalhadoras com o isolamento da sua luta, e das lutas em geral. Redigiram manifestos em apoio a outras empresas, buscando sempre acompanhar o processo de lutas que se desenvolvia naquele momento. No decurso da luta da Sogantal e de centenas de outras empresas, algumas dificuldades são compartilhadas: contratempos no fornecimento de matérias-primas e escoamento dos produtos; dificuldades em manter a produção aumentam com o boicote dos fornecedores capitalistas, dos bancos e instituições governamentais e a ausência de capitais para a aquisição das matérias-primas necessárias. Neste momento, trabalhadores e trabalhadoras são forçados a recorrer em vão aos órgãos do poder para conseguirem fundos de investimento.

As trabalhadoras da Sogantal tentaram manter seus salários e suas possibilidades de subsistência até onde puderam e aguentaram. O sistema foi mais forte e a precariedade bateu-lhes à porta. Para algumas, até aos dias atuais.

4 FAMÍLIA E NATURALIZAÇÃO DA “MULHER”: ANÁLISE TEÓRICA

A centelha da Revolução de Fevereiro, marco da virada histórica na luta pela construção do socialismo no século XX, inicia-se com as mulheres tecelãs em Petrogrado, convocando a greve e encarando os embates da repressão por seus atos reivindicativos contra o sistema opressor e insalubre em que viviam. A consciência e sabedoria pelas fraquezas e necessidades por que passavam se mostravam presentes na face da mulher mãe, trabalhadora, doméstica, esposa que fizeram levantes açambarcando tanto mulheres trabalhadoras como homens e soldados.

Muitas foram as conquistas das mulheres após 1917, como o sufrágio universal, o direito ao divórcio, o casamento tornou-se civil, direito ao seu próprio dinheiro, tiveram a legalização do aborto sob licitação. O primeiro passo havia sido dado para compreender que a mulher era e é chave fundamental na busca por uma sociedade igualitária e que sem paridade entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida, esta busca se torna inviabilizada.



Ainda utilizando a União Soviética como exemplo, teremos a partir da década de 1930 um período de maior intensidade da contrarrevolução e do desmonte do Estado social soviético, recorrendo à família para um maior grau de burocratização, na manutenção de hierarquias e de disciplinar as camadas jovens da sociedade. As conquistas dantes tornaram-se perigosas demais para se sustentar um regime que não visava a igualdade social, econômica e política. É necessário compreender, portanto, como as instituições do casamento e família servem como perpetuadoras das relações de poder, e como a subordinação do feminino é uma das formas de manutenção da dominação e das “relações sociais de dominação” (STOLKE, 1980, p. 87).

Ser mulher na sociedade capitalista significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um *status* do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo “natural”. Não se pode, pois, iniciar uma discussão acerca de mulheres e feminismos sem ponderar condições como o casamento, a maternidade e o trabalho doméstico e como estes fatores foram propositalmente interligados de forma a favorecer o atual sistema de produção.

Ainda neste sentido, os conceitos de “família” e “mulher” devem ser compreendidos de acordo com a classe, seus significados são metamorfizados dependendo da posição social que se ocupa, tendo em vista que a classe dominante é a perpetuadora das condições estabelecidas para o jogo desta sociedade. Interessa analisar e compreender especificamente a mulher trabalhadora, a classe operária e as condições de subordinação que a elas são impostas.

Investigando-se uma vertente analítica do marxismo econômico, pautado apenas nas relações de produção, ter-se-á em vista que a emancipação da mulher esteve ao longo de muitos anos associada à sua possibilidade de trabalhar fora de casa, conquistar certa independência financeira e, a partir disso, desfrutar de certa liberdade e “igualdade”, uma vez que esta estaria finalmente inserida em uma cadeia de trabalho “produtivo”, ou seja, que gere capital.

Uma vez que o trabalho doméstico é normalmente considerado como improdutivo, quem o executa é automaticamente rebaixado e colocado à margem da subordinação. Desta feita, uma superação da divisão sexual do trabalho deve ser um objetivo dos estudos de gênero não apenas em sua face teórica, mas também prática.



Como destaca Stolcke (1980, p. 85), a condição feminina na sociedade capitalista está estritamente vinculada à significação da família e do casamento enquanto reprodutores da desigualdade social entre gêneros. O ponto chave seria, portanto, o poder de procriação, ou seja, da sexualidade feminina na base da reprodução das relações de classe, tendo, por exemplo, no casamento, uma ferramenta de subordinação com diferentes significados em diferentes classes. Nesta lógica, por mais que se incorpore as mulheres no “trabalho produtivo”, isto não irá desencadear a emancipação, uma vez que a raiz do problema está na subordinação familiar e no controle da sexualidade. A emancipação só irá ocorrer de fato quando a mulher for incluída na “produção social”.

As condições atravessadas pelas mulheres no âmbito da família enquanto instituições burguesas traduzem-se em um mecanismo de repressão e dominação da reprodução sobre o papel inferido à mulher. Engels irá tomar esta discussão (baseando-se também em notas etnológicas de Marx) em sua obra *A origem da família, da propriedade e do Estado* (1884), buscando nas relações de descendência, herança e família patriarcal como causadores da situação a que evoca às mulheres um papel especificamente de interesse para a reprodução do sistema capitalista. Partindo da premissa de que o papel da mulher estaria atrelado à monogamia na garantia da linhagem e em seus dotes naturais de maternidade, sua dependência econômica face ao marido e sua subordinação sexual são fatores que produzem com mais substância a sua legitimação.

Para Engels (1984, p. 61), a domesticação do papel feminino e da maternidade enquanto ofício fundamental seriam a causa da “*grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*”. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, e escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” [grifo do autor].

Ora, quando Engels defende que a partir do sistema de herança patrilinear, a necessidade de fidelidade da mulher tornou-se indispensável e ferramenta de controle para o sistema, compondo uma família nuclear monogâmica, onde o homem tem suas liberdades sexuais naturalizadas e a mulher não, pode se estar atribuindo que a subordinação da mulher está associada a sua função de procriar, condicionada a fidelidade sexual ao marido, colocando que a questão da reprodução está associada, portanto, no sentido de “produção”. Ao fim e ao cabo a libertação e reincorporação da mulher dar-se-á logicamente através de sua inserção à indústria social do trabalho (STOLKE, 1980, p. 89).



Logo, o principal ponto de reflexão é se a segregação feminina está atrelada à sua exclusão da “produção social” ou se está inserida no âmbito da perpetuação das relações de opressão, submissão e reprodução cingidas pela instituição da família, casamento e herança, instituindo à mulher a primazia no trabalho doméstico e na desvalorização que este trabalho representa socialmente. “Na sociedade de classes, em outras palavras, a divisão sexual do trabalho – a ‘domesticação’ das mulheres – é, em última instância, produto do controle dos homens sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres a fim de assegurar a perpetuação ao acesso desigual aos meios de produção” (Idem).

Esta posição marxista pode ser criticada ao passo que determina uma valorização apenas do trabalho de “produção”, conferindo valor única e exclusivamente ao trabalho que se produz materialmente, colocando a mulher, assim como a natureza, como algo a ser servido “passivo e dominado” (Ibidem, p. 90). Logo, atribui-se a inferioridade e subordinação da mulher ao trabalho doméstico, desvalorizando-o sob a ótica do trabalho a uma visão unicamente do capital e da produção. Percebemos que esta corrente analítica proposta por Stolcke corrobora com os impasses enfrentados até os dias atuais na luta feminista. A libertação da mulher e sua posição de equidade social não seriam possíveis apenas nos moldes de sua emancipação econômica, mas sim quando as amarras da construção social em torno das “obrigações” matrimoniais e da maternidade como algo destinado naturalmente às mulheres se findar.

Ainda há que se destacar a contradição existente – já ensaiada em alguma medida por Stuar Mill em *The Subjection of Women* - entre a ética liberal na concepção de que o mérito e a possibilidade de enriquecimento é responsabilidade de cada indivíduo, bastando que o mesmo se esforce a ponto de alcançar privilégios dentro da sociedade capitalista. Ora, se o sucesso é individual e indiferente aos fatores sociais, qual então é a necessidade da família nuclear e da aposta de que a monogamia (que sempre é cobrada socialmente para as mulheres) seja um fator diferenciador na linha de herança de uma família? Qual o sentido da obrigação doméstica que recai unicamente sobre a mulher, já que depende de cada indivíduo, independentemente do sexo, de suas lutas e sucesso profissional e social?

A formação da família burguesa nuclear e paternalista e, como já destacamos, sendo a classe dominante responsável por disseminar e hegemonizar os interesses sociais, exemplificará um modelo parecido nos outros estratos sociais, no qual a mulher necessariamente é a única responsável pelo lar, pelas atividades domésticas, pelo trato dos filhos e muito melhor se ainda trabalhar “para fora” e constituir renda a ser destinada



exclusivamente para o orçamento doméstico. Claro que este imperativo é fundamentado e de maior interesse, sobretudo para a burguesia, visto que esta tripla jornada feminina implica na produção gratuita de trabalho em suas próprias casas, sem transformar essas tarefas em algo capitalizado e, além disso, coloca na conta da mulher a responsabilidade pela reprodução biológica da mão de obra que manterá este sistema. Complexo e tremendamente inescrupuloso, o sistema capitalista não pode ser enxergado enquanto natural, tampouco espontâneo. Foi desenvolvido e pensado de forma a manter uma base de produção do sistema sem custos para determinadas atividades - como o doméstico -, no incentivo moderno da meritocracia e da submissão feminina como algo propositivo e ideal para o bom andamento da sociedade.

O nascimento, a criação e a “vocação *natural* das mulheres, não necessitam quaisquer habilidades especiais. Isto não é trabalho, e assim não merecem compensação além do assim chamado prazer de satisfazer os instintos mais íntimos de procriar e ver sua prole prosperar” (STOLKE, 1980, p. 102), o que obviamente não seria natural aos homens. A atividade doméstica é, portanto, desvalorizada e deixada à luz da função do trabalho masculino, de forma a legitimar sua preponderância sobre a escala social.

Autores e revolucionários como Leon Trótsky e Lenin também traçaram em perspectiva que o papel da mulher deve extravasar a esfera do trabalho em casa, sobretudo livrando-se da “escravatura doméstica” (SMITH, 2015). Neste aspecto, a mulher é vista como uma reprodutora de mão de obra, a responsável por garantir a existência e a reprodução da mão de obra trabalhadora dentro de casa, no âmbito doméstico e reprodutivo. Este aspecto traz em contrapartida o dobro de esforço necessário para a manutenção da família, visto que quanto mais filhos esta mulher tiver, mais recursos será necessário. Ainda nesse sentido, para Lênin (1971, p. 71),

a mulher, tendo de dedicar-se às tarefas domésticas, continua vivendo sob restrição. Para que haja a completa emancipação das mulheres e sua efetiva igualdade é necessário criar uma economia coletivizada e fazer com que as mulheres participem do trabalho produtivo comum. Apenas então as mulheres ocuparão a mesma posição que os homens... as tarefas domésticas... são, na maioria dos casos, as mais improdutivas, bárbaras e penosas dentre aquelas que elas executam.

Apesar da luta pela emancipação da tarefa doméstica e da inserção da mulher no trabalho dito produtivo, outras características da construção social em torno do papel feminino devem alterar-se. A posição de repressão dentro da instituição do casamento, por exemplo, é fator delimitante para que se discuta uma fronteira maior dos pontos de libertação feminina, em relação às construções sociais que naturalizam posições e obrigações por se ser mulher. De fato,



“uma revolução social será incompleta sem uma transformação radical das instituições – casamento e família – que são um dos pilares para a perpetuação da desigualdade sexual e social” (STOLKE, 1980, p. 87).

5 FEMINISMOS E HISTÓRIA SOCIAL

O termo feminismo reacende uma enorme colcha de retalhos de (re)significações e tende a distanciar-se da homogeneização do vocábulo. No entanto, o mesmo deve ser categorizado de forma a compreender as nuances das reivindicações e faces da luta da mulher. Demarcar o início do feminismo enquanto diligência dos direitos da mulher é algo muito impreciso, dado à multifacetagem das demandas e da dificuldade corrente de expressar-se em sociedades machistas e patriarcais. No entanto, com o marco da Revolução Francesa e o princípio do Iluminismo é que a demarcação da igualdade de direitos começa a ser marcadamente uma reivindicação, como, por exemplo, Olympe de Gouges que em 1791 irá declarar a igualdade entre homens e mulheres frente aos direitos institucionais. Reivindica, que “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum”. Guilhotinada em Paris em 1793, Gouges terá deixado o que pode se considerar o primeiro documento público a circular na reivindicação clara dos direitos da mulher. Também em 1792 Mary Wollstonecraft irá publicar o manifesto de *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, dando início à intensa luta que irá ter raízes na Inglaterra pela igualdade jurídica entre homens e mulheres, sobretudo ao direito de sufrágio universal, que irá capilarizar em diversos outros países ao longo dos séculos XIX e XX.

A dinâmica do século XX será intensificada por fatores ainda não presenciados na história, com um intenso desenvolvimento tecnológico (também como consequência da potência vivenciada em Guerra) irá possibilitar ondas migratórias e uma superprodução desenfreada na intensificação de uma sociedade de consumo. A luta das mulheres neste cenário encontrará dificuldades nas sociedades autoritárias que se estabeleceram neste período, mas também uma vaga possibilitadora de reivindicações no espectro da mudança. Seja pela luta das mulheres negras nos Estados Unidos, pelas sufragistas ou pelas operárias de todo o mundo, as possibilidades se alargaram e isso não terá passado batido.

No campo da História e, mais especificamente da História Social, convém resgatar e reclamar o estudo de gênero enquanto protagonistas de um “fazer-se história”, de perceber os motivos e causas da exploração e segregação feminina para se chegar ao entendimento do por



que as mulheres por tantos anos foram colocadas em segundo plano ou como meras coadjuvantes na historiografia mundial. A necessidade que se impõe atualmente, pressupõem-se, é desmistificar o estudo de gênero dentro da História Social como militância desvinculada de aporte teórico e analítico para se compreender historicamente o papel desempenhado pelas mulheres.

No campo da sociologia, antropologia e mesmo da história, há definições das etapas do feminismo como “ondas” que, tal como uma gota que pinga em uma superfície plana, propaga ondas ao redor de si mesmas, prolongando proporcionalmente para fora do epicentro do contato. O número de ondas é debatido conforme a percepção analítica do que cada uma representa. A primeira, unanimemente trata da luta pelos direitos políticos, sociais e econômicos nos séculos XIX e XX, sobretudo na luta pela igualdade institucional. Já a segunda onda pode ser categorizada a partir da década de 1960, quando as reivindicações giram em torno da liberdade de seus próprios corpos e prazeres, contra a noção patriarcal (PEDRO, 2011, p. 271), muito mais analisado e debatido no campo da sociologia e antropologia. A categorização feita por Joana Pedro (2011) atende sistematicamente o que ela entende serem três ondas: 1970: “mulher” unidade; 1980: “mulheres” em abrangência às negras e ao terceiro mundo; 1990: “relações de gênero” sobre a virada linguística, ao pós-estruturalismo, sobretudo por Judith Butler.

Especificamente no campo da História, o caminho trilhado percorreu o estudo da “História das Mulheres” que, embora importante por levantar questão da mulher na história, ficou restrita muitas vezes à análise descritiva e que não reforçaram consequências analíticas do saber histórico dentro deste contexto (PINSKY, 2009, p. 161), e/ou, ainda, dando importância às grandes figuras aristocráticas ou ligadas a personagens míticas ou famosas o que, em geral, volta-se para um estrato social que não o da classe operária, por exemplo. A virada neste campo deu-se, sobretudo a partir da problematização conceitual entre “sexo” e “gênero”, um importante ponto de inflexão na área de história dos anos 90.

Joan Scott publicará nos Estados Unidos um artigo na *The American Historical Review* (1986), que na versão para o português intitula-se “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, onde a autora fará uma crítica à História e a forma organizacional de se perceber as diferenças de sexo, sendo a narrativa histórica sempre tendente à reprodução social do momento da escrita. Falar de gênero significava, portanto, a relação entre homens e mulheres, mulheres e homens, uma construção do que seria gênero.



No entanto, a utilização do termo e da funcionalidade de “gênero” não foi utilizada com vontade pela historiografia, tendo sido adotada com mais vigor em outras áreas, em geral com caráter interdisciplinar, numa constante dificuldade em relacionar as disputas entre categorias como “gênero” e “feminismo”. Gênero estaria associado ao trabalho de acadêmicos enquanto feminismo, teoria feminista ou filosofia feminista estaria mais próximo à militância (PEDRO, 2011, p. 274). Para a autora Teresa Aguilar García, estaríamos vivendo na “terceira onda”, a da pós-modernidade, enquanto ainda existe uma “quarta onda”, a da teoria *queer* de Judith Butler, na quebra das análises binárias entre natureza (sexo) e cultura (gênero), onde o sexo não seria algo naturalmente constituído, sendo “um ideal regulativo materializado num corpo por meio de práticas normativas reiteradas” (Ibidem, p. 275).

Podemos demarcar, portanto, a distinção de análise entre a História Social da corrente historiográfica de vertente marxista com Louise Tilly, Eleni Varikas e Catherine Hall, composta, sobretudo, por Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Natalie Davis, Michelle Perrot e, também, do pensamento pós-estruturalista, sobretudo com Joan Scott e Judith Butler sob influência das obras de Foucault e Derrida. Apesar das diferenças de análise e perspectiva, ambos os grupos irão recorrer a compreender gênero enquanto categoria analítica, sendo na narrativa ou na experiência. É importante ressaltar que a organização histórica de classe também deve ser percebida em sua relação de gênero e como essa construção e estes papéis assumem diferentes importâncias para a escrita da história.

Neste percurso historiográfico dos conceitos, pode-se salientar dois importantes pontos de análise que permitiram uma desmistificação do estudo de gênero enquanto apenas militâncias, mas afirmando seu embasamento próprio de categoria analítica: o questionamento sobre o termo “sexo” por remeter-se ao biológico que encontra suas raízes no século XIX em um processo de justificativa das desigualdades sociais em países colonizadores, onde se estabelece definições “naturais” para o que de fato é social (STOLCKE, 1980, p. 94-95), tendo, portanto, sua substituição por “gênero” enquanto uma relação cultural, uma “construção social das diferenças sexuais” (PINSKY, 2009, p. 162) e a utilização acadêmica do conceito “feminismo” enquanto defesa dos direitos das mulheres com base na igualdade política econômica e social.

Dentro desta discussão conceitual na historiografia, sobretudo na “segunda onda”, temos a oposição entre análise social baseada no marxismo e o pós-estruturalismo, colocando de forma prática as delimitações linguísticas, de discurso, diferenças e desconstrução enquanto



formadoras do todo social e não apenas questões de representação teórica. Já em correntes de análise histórica marxista, levar-se-á em conta que é no sistema capitalista que estas relações de poder se intensificam e que é dentro deste sistema que o controle da força do trabalho feminino envolve também a sua domesticação, sua posição subalterna dentro das relações familiares e conjugais, partindo de uma necessidade deste sistema em realizar a manutenção do fator reprodutivo e de ter um “exército de reserva” com baixo custo. Compreende-se que, apesar da importância em se levantar diferentes propostas teóricas de análise e do endossamento no pós-estruturalismo em compreender a mulher enquanto sujeito histórico e a categorização de gênero enquanto uma possibilidade analítica, ou na corrente marxista em pensar as relações de classe, poder e produção, não é possível constituir uma pesquisa historiográfica indissociando elementos destas duas correntes. É necessário ter-se em conta as atribuições históricas aos conceitos que utilizamos em nossa escrita histórica de forma a compreender suas subjetividades e significações na prática social. Em paralelo, perceber os modos de produção a que estamos submetidos e como estas relações se constituem na opressão do feminino, é, fundamentalmente, ângulos de visão que precisam colidir para termos progresso na concretude no campo do estudo de gênero na historiografia.

Logo, enquanto historiadoras e historiadores de uma vertente que pensa o todo social, problematizar o papel histórico da mulher em trincheiras específicas ou mesmo de forma a teorizar os aspectos específicos desta luta, torna-se um objeto pertinente e muito necessário na concretização no campo da História Social. Não se trata aqui de perceber a “participação” da mulher em determinados eventos. As mulheres não participam de eventos protagonizados por homens ou eventos nitidamente masculinos. Elas estão estreitamente ligadas a estes acontecimentos mesmo que de forma embaraçada e escondida pelos determinantes a que se pretende, ao pesquisar e escrever História, desfazermos. Neste caso, as categorias de análise “gênero”, “mulher”, “feminismo”, contêm em si próprias, histórias, construções.

6 CONCLUSÃO

De forma objetiva, buscou-se apresentar uma breve discussão sobre o campo de pesquisa histórica sobre gênero na historiografia ocidental, sobretudo na história social. Passando por diferentes momentos, o estudo da mulher ainda encontra-se em constante formação e debate, sendo importante manter este campo possível e vivo para análise. A luta pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres deve ser feito visando o bem comum, na



desconstrução da naturalidade presente no machismo e nas relações de poder entre os sexos. A principal arma do pós-modernismo e do feminismo liberal é dividir e individualizar as lutas, contribuindo para um estado de superexploração e desigualdade, de criar diferenças e oprimi-las. Conclui-se, neste ponto que enquanto historiadores do âmbito social, cabe-nos a função de aprofundarmos e problematizarmos esta dúbia relação entre gênero e um marxismo reflexivo, entre homem mulher, igualdade e poder, sobretudo no âmbito da luta feminina no Portugal contemporâneo.

Sobre o caso das operárias da Sogantal, é correto afirmar que a autogestão, por si só, não deu conta de responder às demandas de uma nova estruturação de uma sociedade não capitalista, funcionando como bolsões de resistência. Para Phil Mailer (1978), enquanto permanecesse o regime capitalista, tudo isto não passava de autogestão da sua própria exploração: não se abolia a troca da força de trabalho por salários.

O fortalecimento da identidade coletiva fez com que trabalhadores, reunidos nos organismos coletivos, identificassem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. Em Portugal, não foram poucos os esforços dos trabalhadores em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as unidades coletivas de produção da Reforma Agrária e ainda com as comissões de moradores dos bairros populares. A urgência da unificação era sentida pelos trabalhadores, como está expresso no informativo da Sogantal: “Camaradas, não podemos permitir que tentem isolar as lutas destas e de outras lutas. Os nossos problemas são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos e organizados os resolveremos” (COMBATE, 1974). Porém, apesar dos esforços da classe operária em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as comissões de trabalhadores e moradores, culminando na constituição da Comissão Inter-Empresas, que abrangia toda a Grande Lisboa, a unidade das lutas não desenvolveu um processo amplo e geral, a não ser no interior das unidades de produção, pois aí verifica-se que os trabalhadores e trabalhadoras, unidos na luta, tentaram conquistar a sua autonomia.

Devido às debilidades do processo revolucionário português e às suas dificuldades em encontrar um desfecho para de fato uma via socialista, a democracia capitalista acabou por se impor pela força, através do golpe militar do 25 de Novembro: pela recuperação das lutas o capitalismo democrático renovou os seus quadros de gestão e organização do processo produtivo e tomou a democracia eleitoral como seu modelo político. Para as mulheres, algumas conquistas perduraram ao longo dos anos, muitas outras foram perdidas, mas a lógica patriarcal



e a precariedade da classe operária feminina ainda são elementos presentes até hoje, com uma neblina a esconder os salários mais baixos, a dupla jornada de trabalho, o assédio moral e sexual no local de trabalho e a violência machista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRADAS, Ana. **As Clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

BARRETO, A. *A situação social em Portugal. 1960-1995*. Lisboa: ICS UL, 1996, p. 161. *Apud* CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril**: do Marcelismo à queda do Estado Novo. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009.

CABREIRA, Pamela Peres. **“Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!”**: Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). (Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, bar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOUGES, Olympe. (Marie Gouze) **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. 1791. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em 15 jan 2018.

LENIN, V. I. **La emancipación de la mujer**. Moscou, 1971.

MAILER, Phil. **Portugal**: a revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1975.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado**: Revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEDRO, Joana. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. **Topoi**, v.12, n.22, jan/jun, 2011, pp. 270-283.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.



PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de Gênero e História Social*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1), 296, jan-abril, 159-189, 2009.

ROCHA, Edgar. *Crescimento econômico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho*. **Análise Social**, vol. XX (84), 1984-5, pp. 621-644.

RODRIGUES, Francisco Martins (org.). **O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.

SMITH, Sharon. *Marxismo, feminismo e a libertação da mulher*. 2015. Disponível em: <<https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2015/05/24/marxismo-feminismo-e-a-libertacao-da-mulher-por-sharon-smith/>>. Acesso em: 14 jan 2018.

SOUSA, Antónia. **O mercado de trabalho e a mulher**. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STOLCKE, Verena. *Mulheres e Trabalho*. São Paulo, **Estudos Cebrap**, n.26, 1980.

VAQUINHAS, Irene. “*Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História*”. **ex æquo**, n. 6, pp. 147-174, 2002.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões; ALCÂNTARA, Joana. *A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate*. **Outros Tempos**, vol.11, n.17, 2014.

VIEIRA, A. Celeste. **Mulheres em luta: a educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1986)**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2018.

FONTES

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

Avante! Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974.

Avante! Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973.

Combate. “A luta da Sogantal é a luta de todos nós Trabalhadores” 13/09/1974; “Encontro Sogantal e Charminha” 20/08/1974.



Jornal da Sogantal. n 1. “O nosso primeiro comunicado”. Disponível em:

<https://ephemerajpp.com/2018/04/27/luta-das-operarias-da-sogantal-agosto-1974/>

Lucia Palma; entrevista concedida às autoras em setembro de 2018, Samouco, Portugal. Combate, ano I, n.6, 13/09 a 27/07/1974.

Recenseamentos da População, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas.** Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.